

## EDITORIAL

Mencionamos, no editorial da primeira edição de 2022 da Revista, a importância do cuidado temático com as situações do presente e do futuro previsível, ainda que sempre se considerando, como é de se esperar, a atenção aos fatos passados.

Essa mesma tônica é ressaltada no número atual, no qual, se observado em cotejo com o número antecessor, evidencia-se aquilo que ora se demonstra mesmo ao olhar não tão atento: tempos de polarização, de crise e de resistência de movimentos humanitários, de batalha por condições sociais mais justas, sobretudo aquelas que sejam voltadas à diversidade e a minorias desfavorecidas.

É essa a temática ampla dos artigos “Reforma trabalhista brasileira e geração de empregos: experiências comparadas e evidências antes e durante a pandemia de covid-19”, “A cooriginariedade entre o direito à informação e o Estado democrático de direito: um estudo de caso da Medida Provisória nº 928/2020 e da Ação Direta de Inconstitucionalidade 6351/DF a partir das teorias do discurso de Habermas e Günther”, “Consolidação das condições degradantes de trabalho: análise jurisprudencial e administrativa capaz de superar a abstração do conceito”, “A prática do *dumping* social na exploração, pela iniciativa privada, de mão de obra carcerária” e “Impacto do Sistema Interamericano de Direitos Humanos na proteção da população LGBTI+”. De natureza mais teórica, o trabalho “O critério convencional como pressuposto teórico para a pesquisa em história do direito: o caso do *ius commune*” cumpre, igualmente, uma finalidade voltada à diversidade, ao se ocupar da “devida compreensão de experiências jurídicas que não estejam dentro do paradigma moderno”.

Quanto à distribuição geográfica, o vínculo acadêmico dos autores que compõem o presente número contempla seis estados da Federação, desse modo contribuindo à proposta de diversidade regional que a Revista rotineiramente procura atender.

Especialmente nesta edição, apresentamos, para além dos artigos, relevante palestra do ministro do STF, professor Luiz Edson Fachin, acerca de “famílias constitucionais” – tema que, a propósito e de pronto se percebe, igualmente diz respeito à diversidade, a uma “comunidade de entreatjada, [...] formada por diversos arquétipos e modelos, por diversas circunstâncias, algumas já capturadas pelas lentes da juridicidade e outras que estão sendo construídas”. Ainda: na mesma seção em que se reproduz a palestra do ministro Fachin, apresentamos os discursos do querido professor Celso Ludwig, recentemente titulado professor emérito da UFPR, e da igualmente querida professora Katya Kozicki, membro do Conselho Editorial da Revista, que discursou em homenagem ao professor Celso, na cerimônia de titulação.

É assim que, agradecidos aos autores, avaliadores e todos os demais envolvidos no processo editorial de publicação, oferecemos ao público esse número 2 do volume 67, certos de que contaremos com a importante atenção crítica dos estimados leitores.

Desejamos a todos uma excelente leitura!

Equipe Editorial